## A ESCOLA DOS ANNALES, O POSITIVISMO - A NOVA HISTÓRIA

No século XIX, a Europa presenciou amplo desenvolvimento tecnológico e industrial, que permitiu sua evolução econômica e a afirmação como o continente mais poderoso do mundo até a Primeira Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que crescia internamente, o continente se expandia para fora de seus domínios, conquistando terras, pessoas e novas riquezas na África e Ásia, numa reedição do colonialismo do Antigo Regime. No entanto, não bastava conquistar tais territórios e impor uma dominação à força em suas populações: era preciso justificar a razão daquele domínio e gerar um argumento incontestável. Para tal fim, os pensadores e intelectuais europeus utilizaram-se do conceito de ciência, tido como um saber superior e acessível a poucas pessoas. A explicação ficava clara: os europeus, donos da ciência e do desenvolvimento, se dirigiam àquelas novas terras para "salvar" suas populações do estado de barbárie e abandono em que estavam. Justificava-se o Imperialismo por meio de argumentos científicos, baseados na superioridade técnica e racial do europeu branco sobre o negro africano e o asiático: cientificamente falando, o europeu tinha o direito de dominar os novos colonos porque era de uma civilização mais avançada, dado o desenvolvimento que mostrava e o poder de seu conhecimento. Esta forma de se compreender o mundo, isto é, baseada no cientificismo que transforma as realidades sociais, frutos de uma certa ordem histórica que nunca é absoluta, em verdades absolutas e incontestáveis porque comprovadas pela ciência, tornou-se em pouco tempo a tônica de todo o pensamento do Velho Continente, espalhando-se para diversos campos do saber. Renasceu a importância da Física e da Química como disciplinas exatas, por exemplo. Mas o caso mais destacado desse processo de construção de conhecimento é a transformação que ocorre nas chamadas disciplinas humanistas, a História e a Sociologia. Elas também vão incorporar a tendência cientificista, auxiliando a explicar o domínio europeu nas novas colônias e impondo novos métodos de se estudar as relações sociais e o andamento da História dos povos.

Duas correntes dominaram o pensamento europeu a essa respeito. Tratavam-se do Racionalismo surgido no final do século XVIII, com a Revolução Francesa, e o Conservadorismo, presente no pensamento do continente desde o final da Idade Média e durante a Idade Moderna. Esta corrente, dos dizeres do historiador Robert Nisbet, implica em "preservar o que está estabelecido, ser contrário à mudança ou inovação" (pag.62). As idéias conservadoras presentes em uma sociedade têm uma razão de ser e existir, possuem como "referencial um aspecto da sociedade plenamente interessado na manutenção ou conservação da ordem(...)". Em uma idéia que irá defender em todo o texto, afirma que o Conservadorismo é objeto de toda a sociedade, e não de indivíduos isolados. Portanto, ao existir em função de um conjunto social, esta corrente também pode ser estudada pela Sociologia.

Nisbet não aprova a visão individualista presente na fase pós-Revolução Francesa, que pregava a auto-suficiência e a individualidade de cada ser humano e que serve de base para a cientifização do conhecimento e do estudo social, como dissemos acima. Esta negava, pois, a própria existência da sociedade como organização e como meio de influência de comportamentos

humanos. O homem seria um ser de livre-arbítrio sobre seus atos, sem a necessidade de estabelecer relações com seus semelhantes. Ele se bastaria por si mesmo. Com isso, surgem correntes de pensamento relacionadas a essa forma de pensar e que se opõem a seus princípios, como o próprio Positivismo. Nos deteremos na análise desta corrente.

Auguste Comte O Positivismo pregava a cientifização do pensamento e do estudo humano, visando a obtenção de resultados claros, objetivos e completamente corretos. Os seguidores desse movimento acreditavam num ideal de neutralidade, isto é, na separação entre o pesquisador/autor e sua obra: esta, em vez de mostrar as opiniões e julgamentos de seu criador, retrataria de forma neutra e clara uma dada realidade a partir de seus fatos, mas sem os analisar. Os positivistas crêem que o conhecimento se explica por si mesmo, necessitando apenas seu estudioso recuperá-lo e colocá-lo à mostra. Não foram poucos os que seguiram a corrente positivista: Auguste Comte, na Filosofia; Émile Durkheim, na Sociologia; Fustel de Coulanges, na História, entre outros, contribuíram para fazer do Positivismo e da cientifização do saber um posicionamento poderoso no século XIX.
Pode-se inclusive dizer que o Positivismo reduz o papel do homem enquanto ser pensante, crítico, para um mero coletor de informações e fatos presentes nos documentos, capazes de fazer-se entender por sua conta. "Os fatos históricos falam por si mesmos", dizia Coulanges, historiador francês. Assim, para os positivistas que estudaram a História, esta assume o caráter de ciência pura: é formada pelos fatos cronológicos e o que realmente significam em si. São objetivos à medida que possuem uma verdade única em sua formação (que é o seu sentido e sua única possibilidade de compreensão) e não requerem a ação do historiador para serem entendidos: como já dito, o papel deste é coletá-los e ajeitá-los, constatando pela análise minuciosa e liberta de julgamentos pessoais sua validade ou não. O saber histórico, dessa forma, provém do que os fatos contêm, e assume um valor tal qual uma lei da Física ou da Química, ciência exatas.

Tão objetiva é a História para os positivistas que um de seus maiores ensinamentos é a busca incessante de fatos históricos e sua comprovação empírica. Daí a necessidade, como pregavam, de se utilizar na pesquisa e análise o máximo de documentos possíveis: para se obter a totalidade sobre os fatos e não deixar nenhuma margem de dúvida no que se refere à sua compreensão. A busca desses fatos deve ser feita por mentes neutras, pois qualquer juízo de valor na pesquisa e análise altera o sentido e a verdade própria dos fatos, modificando pois a própria História. Esta se tornaria uma ciência falha e totalmente fora de seu caráter científico, e portanto destituída de valor e validade. Coulanges chega a afirmar que a "História não é arte, mas uma ciência pura (...) a busca dos fatos é feita pela observação minuciosa dos textos, da mesma maneira que o químico encontra os seus em experiências minuciosamente conduzidas". A objetividade, a minuciosidade, o detalhe e a dedicação impessoal, portanto, são as grandes lições da escola positivista para o estudo da História no século XIX e no início do XX. Os historiadores que, nessa época, tentaram provar outras formas de se estudar a disciplina foram desconsiderados e postos à margem. Numa sociedade européia que buscava

seu próprio desenvolvimento e avançava rumo a grandes descobertas na ciência e na tecnologia, a cientifização que marcou a época também se espalhou para o campo dos estudos humanos, reduzindo o papel do profissional desse campo para um mero coletor de informações. A implicação de opiniões externas ao sentidos dos fatos históricos alterava a História, na opinião positivista, e eliminava assim sua legitimidade como saber de importância social.

Na Sociologia as propostas não se diferiam. Os conservadores, que originam os positivistas, pregavam em relação a essa disciplina que a não-existência de relações interpessoais entre os homens, tendo como conseqüência a não-constituição de uma sociedade, acabava por gerar o caos e a angústia em cada ser humano. Defensores do pensamento da sociedade medieval, na qual todos os grupos existentes (senhores, servos e clero) estavam totalmente ligados entre si e ditavam a força de cada feudo, consideram assim a sociedade fundamental para a organização dos homens e para o exercício de suas individualidades. Isolados, o homem não interage com um meio, mas fecha-se; ele deixa de se reconhecer no outro como um ser humano e não exerce suas capacidades (raciocínio, erudição, etc.) que o definiriam como humano único, individual. Não tem para quem as exercer e como aprender coisas novas, pois todos estão isolados. Consequentemente, caem em estagnação, angustiam-se e banalizam-se. Daí vem as perspectivas definidas pelos conservadores a respeito do homem dessa época: a criação da massa atomizada, facilmente controlada e seguidora de pensamentos formulados, incapaz de agir contra tal controle; a alienação de suas próprias pessoas, em função dessa perda de relações e a entrega pessoal a um mundo massificado, igual; e a subordinação a um poder maior, que acaba por mantê-los nessa aurora alienante de vida, em vez de fazê-los escapar dessa realidade triste e angustiante. Portanto, as correntes de pensamento voltadas à individualidade e a uma cientifização da vida e conhecimentos humanos não os ajuda a evoluir, mas sim banalizar e quebrar as sociedades.

Daí os conservadores afirmarem que "o homem existe apenas dentro da sociedade e para ela" (pag.66). Somente inserido nela e fazendo-se participativo por meio de relações com seus outros integrantes, o homem reconhece-se como homem e exerce a sua individualidade, bem como amplia seus horizontes (ao debater, discutir, etc.). Eles defendem a sociedade e sua complexa rede de relações, pois estas impedem a angústia humana causada pelo isolamento, colocam princípios de ordem, hierarquização e definem a função de cada um em seu todo. O papel de cada ser é tão importante na organização desse todo que, se um falha no seu dever, a sociedade inteira sente e sofre a conseqüência. Como se percebe, o estudo social não é somente campo da Sociologia, mas também de outras, o que comprova sua pluralidade.

Da mesma forma, não se pode arrancar de uma sociedade seu sistema de crenças e costumes (que agem contra a racionalização total proposta nos dois séculos anteriores ao nosso) e sua organização em grupos menores (família, Igreja, grupos de amizade). Pode-se concluir que os conservadores possuem uma visão ampla de sociedade, nunca se limitando a defender uma única

possibilidade de funcionamento para ela. Por exemplo: não negam que ela deve ter razão, mas também o espaço espiritual. Por ser complexa, orgânica e sempre se renovar, a sociedade deve ter espaço para diversos caminhos de pensamento e ação. E agora essa corrente de pensamento começa a caracterizar o atual século XX. Basta ver o fenômeno da Globalização: diversas sociedade ligadas em constante interação cultural, econômica, entre outros; sendo que, quando uma tem algum problema, desordem em seu sistema, todas as outras são influenciadas. Seguem, cada uma e como um todo também, princípios de organização, hierarquia e função. Tudo isso nos afirma uma realidade: não podemos falar de unidades isoladas na atual conjuntura social e mundial.

Portanto, a Sociologia e a História também têm decisivo papel ao ter como objeto de estudo o Conservadorismo. Ao contrário do que se pensava (ou ainda se pensa), ele não indica rigidez, intransigência ou imutabilidade. Tem estruturas presentes em nossa vida até hoje, que influenciam e regem nossos comportamentos, definindo um dos possíveis campos do trabalho sociológico. Inclusive podemos até concluir que, se não houvesse a interligação entre indivíduos formando sociedades e determinando diversas formas de organização, sistemas e afins, a Sociologia não existiria. Porque se ela não abrange os atos humanos em sua existência e em relação ao meio em que se localizam, torna-se falha e incompleta. Chegaria até a cair no mesmo erro proposto pelos Positivistas em relação ao estudo da História: segundo eles, esta ciência deve ser estudada sem considerar a atuação e participação humana, apurando "apenas os fatos" e desconsiderando o espaço humano nestes, segundo o pensador Fustel de Coulanges. Ora, a História e a Sociologia são Ciências Humanas, sem razão de ser se não estudam as sociedades. Sendo assim, o Conservadorismo, acima de qualquer suposição, é uma das formas de pensamento que permitem a realização da Sociologia e da História, ao propor um estudo coletivo e com a participação dos homens em sua constituição.

Estudo de caso: Durkheim e a sociologia positivista
O sociólogo francês Émile Durkheim representa, na Sociologia, uma transição na maneira de conceber e praticar os estudos relacionados a essa ciência: afinal, ao mesmo tempo que defende um posicionamento conservador, ao analisar a importância da sociedade sobre o indivíduo, avança em direção ao Positivismo, propondo a objetividade e o empirismo nos estudos humanos. Seus postulados sociológicos, guardadas as devidas proporções, também foram aplicados no estudo da História no século XIX e no início dos anos XX. Trata-se de um pensador ligado a correntes conservadoras do estudo social, defensor da visão de que a sociedade é mais importante e forte que os interesses individuais, de uma ordem social coesa baseada na integração entre os humanos constituindo sociedades e grupos sociais fortes, nos quais exista uma complementaridade entre as partes formadoras desse todo. Durkheim nega as correntes individualistas do pensamento sociológico, que pregam a noção de indivíduo como objeto de devoção e destaque para a compreensão da evolução história e social de uma sociedade; nessa perspectiva, o ser individual é aquele surgido com o Iluminismo no século XVIII: racional, livre dos dogmas religiosos que limitavam sua ação, capaz (ele por si próprio e de

acordo com sua vontade e capacidade exclusivamente) de transformar as sociedades e a Humanidade. Portanto, para o Individualismo o indivíduo é o elemento a ser destacado; não se nega a existência da sociedade e de suas relações, mas coloca estas abaixo do ser individual. Este último seria o conceito mais importante e principal transformador da sociedade. E é esta visão que Durkheim vai combater ao longo de seus estudos e vida.

O pensador francês parte do princípio que a sociedade precede o indivíduo, ou seja, já existe antes de que o ser individual seja concebido. Muito antes dessa definição surgir com o Iluminismo, os humanos, desde seu surgimento, foram organizando-se e regendo as ações e relações que desenvolviam entre si por meio de normas e leis (formando, dessa maneira, sociedades). Portanto, a noção de organização social entre os homens sempre existiu, constituindo o que Durkheim chama de consciência coletiva, que é exatamente essa visão de um todo social, a complementação necessária e existente entre os humanos. Não existe indivíduo separado de uma noção coletiva e social, afirma o pensador; para se afirmar no mundo e sentir-se como um humano, ele precisa enxergar-se nos outros, ter contato com os que lhe são semelhantes. O conceito de indivíduo seria uma criação do modelo filosófico moderno, mas não se pode esquecer que foi criado pela própria sociedade, pelos seres que a formam. Isso comprova que a noção coletiva, ou seja, a organização social existia antes mesma do conceito de indivíduo surgir.

Durkheim deixa isso claro no Método para determinar a função da divisão do trabalho: os indivíduos necessitam de relacionamentos sociais porque, sozinhos, são incompletos. Não há humano que baste a si mesmo, sendo completo: ele cumpre uma determinada função na sociedade, mas necessita de outros humanos para complementar as funções que não exerce. Daí a divisão do trabalho por ele analisada: a complementação de deveres sociais interliga e aproxima os indivíduos, faz com que constituam entre si relações de solidariedade bem como uma coesão social. Cada ser conhece seu papel e procura desempenhá-lo da melhor forma, para que depois possam compartilhar seus esforços, solidarizá-los. E isso se estende não só no campo do trabalho, mas para todas as esferas da vida social. Como diz no Método, "os indivíduos são ligados uns aos outros(...) em vez de se desenvolverem separadamente, eles ajustam seus esforços; são solidários, por meio de uma solidariedade que não age somente nos curtos períodos em que trocam serviços, mas que se estende muito além" (pag.64).

Essa coesão social deve ser regida por leis, ou seja, pelo Estado de Direito, de modo a assegurar a boa ocorrência dessas relações. A vida social exige uma padrão de organização, ou seja, certas regras a serem cumpridas para garantir a permanência de sociedades baseadas na solidariedade. "A vida geral da sociedade não pode se desenvolver num certo ponto sem que a vida jurídica se desenvolva ao mesmo tempo e no mesmo sentido" (pag.67). A aceitação das regras implica na integração individual à sociedade, ao abandono dos interesses particulares para aceitar a visão de todo social, ou seja, assumir sua função social e complementar-se com os outros seres. Já o não-cumprimento das mesmas acarreta punições a quem não procura integrar-se. O papel das leis, então, é impedir que as relações sociais, calcadas basicamente na

solidariedade, tornem-se frágeis e, em vez de contribuir para a verdadeira coesão social, não passem de laços intermitentes e frágeis. A lei é, pois, a aplicação das relações sociais, o elemento fundamental para a perfeita integração entre os homens.

No entanto, em O que é fato social, Durkheim mostra que a organização e coesão sociais não são somente regidas pelas leis do Direito. Ele introduz a questão dos costumes e hábitos, que também são elementos chaves para reger as sociedades. Da mesma forma que nos sentimos integrados quando cumprimos as leis, ao seguir os costumes considerados válidos pela sociedade nossa integração é facilitada. Isso contribui para reforçar a coesão social. No entanto, se não levamos em conta tais hábitos sociais, não nos integrando a eles, seremos punidos pela mesma sociedade, não pelas regras do Direito, mas com a exclusão, o deboche, a sátira etc. Durkheim, no texto citado acima, diz: "Se não me submeto às convenções mundanas(...) o riso que provoco, o afastamento em que os outros me conservam, produzem, embora de maneira mais atenuada [que o Direito] os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita" (pag.02). Portanto, não somente a mão estatal, baseada na lei, age como força repressora de quem foge da ordem; a própria sociedade tem seus meios coercitivos. Coerção esta imposta, como se disse, quando as regras estabelecidas não são seguidas, tendo o objetivo principal de manter as relações de solidariedade e a coesão social. Torna-se claro que, para Durkheim, a aceitação das regras sociais para uma perfeita integração é fundamental para o indivíduo ser livre dentro da sociedade, ou seja, ter capacidade de agir dentro da mesma. O contrário disso (o desrespeito) implicará em sua tiranização: ele pode ser dominado por outros e punido coercitivamente. Não há indivíduo livre fora das organizações sociais, prega o Conservadorismo.

Mas como tomamos contato com essas regras, como as incorporamos e seguimos o comportamento considerado ideal? Aqui entra o conceito de fato social de Durkheim. Para ele, o fato social é "toda forma de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior" (pag.11). Nessa definição entram os costumes e hábitos sociais, bem como a legislação vigente; desde cedo, somos guiados e orientados a seguir um comportamento correto para vivermos em sociedade. Esse comportamento implica no conhecimento e incorporação das leis e hábitos dessa sociedade; são estes que nos darão a base para que entremos no rol da solidariedade e das relações com nossos semelhantes e permitirão a nossa aceitação no meio social. Durkheim deixa claro que esses hábitos e leis têm poder de coerção e são externos ao indivíduo, ou seja, já existem antes mesmo de seu nascimento e continuarão existindo mesmo após a sua morte, pois estão institucionalizados pela sociedade como formas fundamentais para sua organização e estruturação. Dessa maneira, o indivíduo tem de aceitar tal funcionamento, pois senão enfrentará a força coercitiva do sistema para ser integrado. São, pois, nossos atos e idéias incorporados externamente e que guiam nosso comportamento social que se denominam fatos sociais. Devem ser estudados como "coisas, ou seja, objetos do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural(...) seu estudo deve ser abordado a partir do princípio de que se ignora o que são, e de que suas propriedades características (...) não

podem ser descobertas nem mesmo pela mais atenta das introspecções" (As regras do Método Sociológico – Prefácio à segunda edição, pag.21). Seu estudo, portanto, deve ser mais atento e dedicado, visto que implica na percepção de conhecimentos impostos de alguma forma e que acaba por criar em nós o hábito de segui-lo. Vale a afirmação de Durkheim: "(...) a maioria de nossas idéias e tendências não são elaboradas por nós, mas nos vêm de fora(...) não podem penetrar em nós senão através de uma imposição". Nós não participamos da elaboração das normas e leis, mas já as encontramos prontas.

É para Durkheim função da Sociologia estudar os fatos sociais e as relações de solidariedade e complementaridade existentes nas sociedades, pois é por meio deles que se entende as formas de organização e coesão das mesmas, mantidas por processos de coesão externos que são incorporados ao indivíduo desde cedo e que minam suas tentativas de emancipação pessoal, ou seja, viver de acordo com sua conduta pessoal. São, pois objetos sociológicos porque determinam a constituição das diferentes sociedades, suas normas de manutenção e até mesmo como se renovam (quando os hábitos e leis vão tornando-se arcaicos, dando espaço ao crescimento no seio social de condutas não concebidas; quando estas tornam-se dominantes, constitui-se o que Durkheim chama de "estado anômico", aquele com uma organização social baseada em práticas não-regidas pelas leis. Para impedir isso, deve o Estado perceber as transformações sociais a tempo e mudar a lei para incorporar as práticas antes não legais à lei), permitindo assim seu entendimento e estudo. Mas como incorporamos as leis e os hábitos? Por meio do contato com a legislação, a família, os órgãos estatais, mas principalmente por meio da educação. A escola é, para Durkheim, a mais importante e poderosa instituição capaz de preparar as crianças e jovens para a sociedade, impondo-lhes o comportamento mais correto e a visão da consciência coletiva. É na escola que as crianças aprendem que deve-se negar a vontade pessoal e sacrificar-se em função do todo social; que terão uma função a cumprir na sociedade, e que para complementarem-se terão de se relacionar com os seus semelhantes. Ou seja, a escola deve internalizar a sociedade no indivíduo, impor-lhe padrões de conduta que o impeçam de seguir suas próprias tendências e regras que possam quebrar a coesão social. Cabe à escola, portanto, preparar as futuras gerações a seguir a moral social mais correta e aceita, sabendo que a sua transgressão e contestação implica em punições. "Toda a educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, sentir e agir às quais elas não chegariam espontaneamente(...) a pressão de todos os instantes que sofre a criança é a própria pressão do meio social tendendo a moldá-la à sua imagem, pressão que tanto os pais quanto os mestres não são senão representantes e intermediários" (pag.05), afirma o pensador francês. Nesta última afirmação, Durkheim define as funções do educador e da família no processo de integração das crianças à sociedade. São estes porta-vozes que apenas transmitem as regras sociais válidas; não podem emitir nenhum juízo de valor pessoal a respeito das mesmas. Aqui Durkheim mostra seu lado positivista, ou científico. As regras sociais, ao serem ensinadas, devem falar por si mesmas, mostrar espontaneamente às crianças sua força e a necessidade de sua obediência. Dispensam a intervenção pessoal dos transmissores; pelo contrário, esta é totalmente descartada. Com isso,

Durkheim procura estudar a Sociologia como se fosse uma ciência pura e exata, ou seja, que contenha verdades absolutas em seu próprio conhecimento, dispensando juízos particulares. Seria estudar os fatos sociais como um químico realiza experimentos: as fórmulas que este último chega falam por si, o químico não coloca seus valores na experiência; ele apenas a comprova e a apura. O sociólogo deve agir da mesma forma: comprovar os fatos e nada mais. O mesmo se espera do educador e da família: transmissão dos valores que mantém a sociedade em coesão e nada mais. Eles ensinam o que deve ser seguido ou não por si mesmos.

Os casos históricos e sociológicos

Essa corrente positivista não dominou a Sociologia do século XIX somente, mas também o estudo da História, como dito mais acima. Fustel de Coulanges, destacado historiador positivista, afirmava que " a História é uma ciência pura(..) o historiador não deve ter outra ambição que a de ver bem os fatos e compreendê-los com exatidão. Não é em sua imaginação ou lógica que ele os procura, mas sim na observação minuciosa dos textos, da mesma maneira que o químico encontra os seus em experiências minuciosamente conduzidas". Portanto, os positivistas consideram as ciências humanas tais como exatas, nas quais a implicação pessoal produz conhecimentos errados sobre o objeto de estudo. Durkheim possui o mesmo ponto de vista, ao dizer que "o que se reclama do sociólogo é que se coloque num estado de espírito semelhante ao dos físicos, químicos, fisiologistas, quando se aventuram numa região ainda inexplorada de seu domínio científico. Ele critica a superficialidade e implicação pessoal que os sociólogos desenvolvem em seus estudos; para ele, os fatos sociais falam por si, tal como o conhecimento das ciências exatas. Cabe ao sociólogo apurar essas fatos, organizá-los para o entendimento das sociedades e, caso eles demonstrem que elas não estão na ordem adequada, trabalhar para reorganizá-las. Qual é sua arma? A estatística, ou seja, a utilização dos números (que são medidas exatas e racionais) para contabilizar a ocorrência de determinados fatos ou não, com a função de orientar sua ação. Por meio dessa arma, pode o sociólogo ter a certeza de que a organização social está fluindo bem ou não em suas regras de conduta, e, como são resultados livres de qualquer implicação pessoal, ter certeza de sua validade e com eles trabalhar para levar a sociedade ao seu estágio de normalidade, ou seja, à organização mais adequada para seu perfeito funcionamento e coesão.

A História deveria, sob essa perspectiva, ser tratada como a química e a matemática, por exemplo: sua compreensão estaria na perfeita observação dos fatos por parte do historiador, e não em sua análise: a opinião humana mudaria o verdadeiro sentido do conhecimento histórico. Os fatos falam por si mesmos e possuem uma verdade implícita que aparece quando postos à tona. O trabalho e o ofício do pesquisador seria tão somente resgatá-los do esquecimento e possibilitar sua divulgação. Mas nunca interpretá-los ou propor um entendimento para os mesmos: este seria conhecimento falho e mentiroso, por se basear nos sentidos e na avaliação de um ser humano passível de erros e que não possui a exatidão da verdade histórica. No Brasil, essa corrente positivista se destacou nas duas primeiras décadas do século XX, especialmente nas obras de Euclides da Cunha (Os Sertões), Sylvio Romero e

Oliveira Viana. Esses autores não fazem obras históricas propriamente ditas, pois sem querer apresentam os fatos históricos relacionados a análises de caráter sociológico – quando a interdisciplinaridade era abominada pelos positivistas, que acreditam na plenitude e totalidade do conhecimento de cada área do pensamento. No entanto, retratam bem alguns dos postulados positivistas como determinantes da evolução histórica nacional: em seus livros estão presentes a diferenciação racial entre negros e brancos como medida para a evolução de um povo e as condições climáticas e geográficas como fatores de desenvolvimento, por exemplo. Para eles, o Brasil estava condenado a ser um país subdesenvolvido, visto que a maior parte de sua população era "bárbara" (isto é, negra) e o clima tropical induzia o povo à ociosidade: com essas características, nossa história seria indolente e sem melhores perspectivas. Não admitiam uma outra possibilidade para entender o país, pois era isso que a realidade empírica (isto é, os fatos históricos e a situação que presenciavam) revelava perante seus olhos. Era esse quadro que observavam com seus olhos "científicos" e desprovidos de julgamentos. Os mesmos olhos que chamavam os negros de "bárbaros" diziam que não emitiam opiniões na elaboração de seu saber: como se vê, o positivismo também se baseava em julgamentos opinativos, mesmo que não assumissem.

Essa forma de se estudar a História nacional predominou até o início dos anos 30, quando a emergente Escola dos Annales francesa, que emergia na Europa desde os anos 20, começou a influenciar os autores e pensadores brasileiros, forçando uma renovação no pensamento histórico e social da nossa realidade. Trata-se de uma nova guinada ao Humanismo, com a retomada do papel do historiador na formação do saber histórico: ele reassume sua atuação na escolha do que pesquisar, como o fazer e qual a linha que dará a seu trabalho. A influência dos autores dos Annales será tão evidente no Brasil que inclusive o seu representante mais importante, Fernand Braudel, estaria presente na fundação da USP, em 1934, dando inclusive aulas na universidade.

Os Annales e a Nova História

"Erguendo-se contra a dominação da Escola Positivista, uma nova tendência da historiografia francesa exprime-se bastante discretamente em ‘A Revista de Síntese’ durante os anos 1920, mais francamente na ‘Revista Les Annales’ durante os anos 1930." (MARTIN: 2000, 119)

O filósofo Henri Berr foi um dos primeiros intelectuais a reagir contra a "escola metódica". Para Berr a história era uma coisa muito diferente de um exercício de erudição, a base de uma ciência dos progressos da humanidade. Em 1900, Henri Berr cria a "Revista de Síntese", que vai dirigir durante meio século. A sua publicação torna-se a encruzilhada onde se encontram: E. Durkheim e os seus discípulos sociólogos; P. Vidal de la Blanche e seus amigos geógrafos; F. Simiamd e outros economistas; H. Wallone outros psicólogos; finalmente Lucien Febvre e historiadores hostis aos positivistas.

Dissidentes da Revista de Síntese, Lucien Febvre e Marc Bloch - com o projeto de renovar a história - fundaram a Revista Les Annales d´ Histoire Économique et Sociale em 1929. Tinham como objetivos: eliminar o espírito de

especialidade, promover a pluridisciplinaridade, favorecer a união das ciências humanas, passar da fase dos debates teóricos (os da Revista de Síntese) para a fase das realizações concretas, nomeadamente inquéritos coletivos no terreno da história contemporânea.

O encontro entre Febvre e Bloch aconteceu na cidade de Strasbourg A Revista dos Annales surge numa época em que a "escola metódica" exalta a sua preocupação com a erudição, privilegiando a dimensão política - procurando dar grande ênfase ao acontecimento. "A corrente inovadora (Annales) despreza o acontecimento e insiste na "longa duração"; deriva a sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva." (Martim: 2000, 119) Dessa forma, esforçavam-se em aproximar a história das outras ciência humanas.

Nesse contexto surge uma nova concepção de história - a nouvelle histoire - associada a chamada École des Annales, agrupada em torno da Revista Annales: ecónomies, societés, civilisations. De acordo com Peter Burke, a nouvelle histoire pode ser definida por uma via negativa, em outras palavras, defini-la em termos do que ela não é, daquilo a que se opõe seus estudiosos. "Os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas." (BURKE: 1992, 12) Ou seja, a nova história não estuda épocas, mas estruturas particulares. Aqui reside o conceito de "História de Longa Duração". Segundo Braudel, a história situa-se em três escalões: a superfície, uma história dos acontecimentos que se insere no tempo curto (concepção positivista); a meia encosta, uma história conjuntural, que segue um ritmo mais lento; em profundidade, uma história estrutural de longa duração, que põe em causa os séculos. Nesse sentido, a nouvelle histoire, isto é, a história sob a influência das ciências sociais realizou uma revolução epistemológica quanto ao conceito de tempo histórico. Não obstante, a pesquisa histórica dentro do quadro do tempo longo, consiste em um esforço de superação do evento e de seus corolários: a história contínua, progressiva e irreversível da realização de uma consciência humana capaz de uma reflexão total.

Logo, o tempo histórico da chamada nouvelle histoire não pretendia ser uma cronologia astronômica e tão pouco um conhecimento da essência espiritual da sociedade.

Sob influência das ciências sociais, a história também sofreu uma mudança no campo das técnicas e dos métodos. Se antes a documentação era relativa ao evento e ao seu produtor, agora ela é relativa ao campo econômico-social: ela se torna massiva, serial e revela também o duradouro, a permanência, as estruturas sociais. "Os documentos se referem à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, à sua vida comercial, ao seu consumo, às suas crenças, às sua diversas formas de vida social." (REIS: 1994, 126) Portanto, a nova história privilegia a documentação massiva e involuntária em relação aos documentos voluntários e oficiais. Nesse sentido, os documentos são arqueológicos, pictográficos, iconográficos, fotográficos, cinematográficos, numéricos, orais, enfim, de todo tipo. Todos os meios são tentados para vencer

as lacunas e silêncios das fontes, mesmo, e não sem risco, os considerados como antiobjetivos.

"O homem razoável adapta-se ao meio; o homem insensato tenta adaptar o meio; essa é uma razão porque todos os progressos são obras de imbecis." (FEBVRE: 1989, 22) O Tempo histórico novo, e nisso parece haver uma maior unanimidade entre os membros do grupo, rejeita a hipótese do progresso, pois essa idéia implicaria a apreensão da história como a realização de certos valores. Valores característicos de um mundo moderno dominado pelo materialismo rigoroso de uma física tratada como uma geometria do mundo, que esvaziava a matéria de toda a qualidade, reconduzindo-a, com todo o seu ardor, para o objetivo. A hipótese do progresso pressupõe, especulativamente, a existência de um tempo objetivo e global. A nouvelle histoire, no entanto, ao negar a existência de um tempo progressivo, ou seja, contínuo, cumulativo e irreversível, defende a tese de um tempo pluridirecionado que não é global, mas múltiplo.

Não obstante, a nova história recusa a hipótese de um tempo linear, cumulativo e irreversível, até então defendido pelos historiadores tradicionais. Para os historiadores novos a história não pode ser conhecida e não pode sobretudo ser produzida com base em uma compreensão especulativa e revolucionária do tempo histórico. Para controlar esse tempo acelerado, a história deveria enfatizar o lado repetitivo, cíclico, resistente, inerte, constante, da vida dos homens. Para realizar essa mudança de perspectiva proposta pelas ciências sociais, a história deveria se tornar outra que a tradicional, por uma revisão radical de sua concepção de tempo histórico. Foi o que compreendeu a nouvelle histoire: a construção de uma outra concepção de história e de seu tempo.

Os Annales elaboraram, portanto, uma mudança substancial na compreensão do tempo histórico. A nouvelle histoire opõe-se ao tempo da história da época das Luzes (embora haja os que vejam nesse movimento o seu inspirador mais direto), que é o da evolução gradual e progressiva da Razão, e opõe-se ás versões revolucionárias desse tempo, que, ao invés de uma evolução gradual, propõem a revolução puramente, mas visando ao mesmo progresso da Razão. Segundo o historiador José Carlos Reis, a nouvelle histoire foi a constatação e o reconhecimento das forças de inércias estruturais, que limitam a ação livre e que não tem pressa para verem a vitória da razão. Ou seja, percebe-se a recusa, consciente ou não, confessada ou não, da idéia de revolução e tudo o que ela implica: aceleração do tempo dos eventos e acontecimento especulativo do sentido da história. A história da longa duração enfatiza os movimentos lentos e representa uma desaceleração das mudanças.

O Espírito dos Annales:

Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel

Lucien Febvre

O historiador, na chamada "escola metódica", não poderia, portanto, escolher

os fatos, pois a escolha era a própria negação da obra científica. Tal conceito foi amplamente criticado e recusado pelo grupo dos Annales, personificado sobremaneira, na figura de Lucien Febvre. Para o historiador "toda história é escolha" (FEBVRE: 1989, 19), pois o historiador cria os seus materiais, ou se se quiser, recria-os; em outras palavras, o historiador parte para o passado com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar.

Nesse sentido, Lucien Febvre enfatiza, em seu legado intelectual, a importância e, não obstante, a necessidade de uma história engajada que compreende e faz compreender, isto é, uma ciência humana constituída por fatos e textos, capazes de questionar e problematizar a existência humana… "Peço-lhes que vão para o trabalho à maneira Claude Bernard, com uma boa hipótese na cabeça. Que nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso, como dantes se fazia pesquisadores no cais". Em outras palavras, Lucien Febvre propunha uma História não automática, mas sim problemática. Este foi o grande ensinamento de Lucien Febvre, bem como do grupo dos Annales: formular uma história engajada, cujo objetivo principal fosse responder às lacunas inerentes à condição humana.

Marc Bloch

Marc Bloch esforçou-se por refletir sobre o método em história, tendo em conta a experiência do grupo dos Annales. O seu manuscrito que ficou incompleto, foi ordenado e publicado posteriormente por Lucien Febvre sob o duplo título: Apologie pour l´histoire ou Métier d´histoiren. Bloch mostra-se ligeiramente menos crítico do que Lucien Febvre a respeito da "história historicizante". Aprecia a aquisição da erudição do século XIX. Para ele a escola alemã (Fustel de Coulanges), desenvolveu a erudição a sua categoria intelectual. "O historiador foi levado à banca de trabalho".

Tanto Bloch como Febvre, condenam a falta de ambição dos historiadores "positivistas". Estes, "’muito preocupados, dada sua educação primeira, pelas dificuldades, as dúvidas, os freqüentes recomeços da crítica documental, tiraram destas constatações, antes de tudo, uma lição de humildade desiludida. A disciplina à qual votavam os seus talentos não lhes pereceu, afinal de contas, capaz, nem no presente, de conclusões bem seguras, nem no futuro de muitas perspectivas de progresso’". (MARTIN: 2000, 125)

Com relação aos documentos históricos, Bloch afirma que o "stock de documentos", de que a história dispõe não é limitado; sugere não utilizar exclusivamente os documentos escritos e recorrer a outros materiais: arqueológicos, artísticos, numismáticos, etc. Bloch não entende apenas explorar novos documentos, que também descobrir novos domínios. Mais que qualquer outro responsável dos Annales, orienta-se para a análise dos fatos econômicos. Neste campo, é influenciado, sem o reconhecer explicitamente, pela obra de Karl Marx, que o incita a relacionar as estruturas econômicas e as classes sociais; e é inspirado pelas investigações do economista F. Simiand, do historiador H. Hauser, que o empenham na apreciação das flutuações econômicas na base das séries de preços.

Fernand Braudel

Publicado pela primeira vez em 1949, a obra O Mediterrâneo na Época de Felipe II, representou a inovação metodológica para o estudo histórico. Tal obra, característica do espírito dos Annales, volta as costas para a tradição da "história historicizante".

Fernand Braudel, em certo momento na sua obra, ao dar atenção à "história batalha", fez uma concessão à escola "positivista", cuja posição continua forte na instituição universitária; todavia, como digno representante da escola dos Annales, relega esses acontecimentos para segundo plano. Durante mais de vinte anos, de 1946 a 1968, em primeiro lugar junto de Lucien Febvre, depois sozinho nos comandos, dirige a revista Annales, preside a 6.ª seção da Escola Prática dos Altos Estudos, ocupa uma cátedra no Colégio de França, guia as investigações de inúmeros historiadores debutantes. Braudel, de maneira geral, permanece fiel às orientações de Lucien Febvre e de Marc Bloch: louva a unidade das ciências humanas, tenta edificar uma "história total" e mantém a ligação entre o passado e o presente. "'Depois da fundação dos Annales…, o historiador quis-se e fez-se economista, antropólogo, demógrafo, psicólogo, lingüista… A História é, se se pode dizer, um dos ofícios menos estruturados da ciência social, portanto um dos mais flexíveis, dos mais abertos… A História continuou, dentro desta mesma linha, a alimentar-se das outras ciências do homem… há um história econômica…, uma maravilhosa história geográfica…, uma demografia histórica…; há mesmo uma história social… Mas se a história omnipresente põe em causa o social no seu todo, é sempre a partir deste movimento do tempo… A História dialética da duração… é o estudo do social, de todo o social; e portanto do passado e portando também do presente". (MARTIN: 2000, 131)

Apesar de se proibir de instaurar um "historicismo" - uma espécie de imperialismo da explicação histórica -, Fernand Braudel nem por isso deixa de colocar a sua disciplina em posição dominante, na encruzilhada das ciências humanas.

BIBLIOGRAFIA

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. As Escolas Históricas. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BURKE, Perter (org.). A Escrita da História - Novas Prespectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

COULANGES, Fustel de. "Histoire des institutions politiques de l'ancienne France", in EHRARD, J. & PALMADE, G.P – L'Histoire, segunda edição, A. Colin, 1965.

DURKHEIM, Émile – "A função da divisão social do trabalho [Capítulo 1: Método para determinar essa função]" in Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FEBVRE, Lucien. Combates pela História.3.ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 1989.

NISBET, Robert – "Conservadorismo e Sociologia" in José de Souza Martins (org.) Introdução crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1986.
REIS, José Carlos. Tempo, História e Evasão. Campinas: Papirus Editora, 1994